



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Priscila de Souza Silva¹

Luana Junqueira Dias Myrrha²

Silvana Nunes de Queiroz³

MOBILIDADE OCUPACIONAL DAS FILHAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS SEGUNDO GRANDES REGIÕES DO BRASIL: UMA ANÁLISE DE COORTE⁴

¹ Doutoranda em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). Pesquisadora do Observatório das Migrações no Estado do Ceará. E-mail: pryscila.souzas@hotmail.com.

² Professora Adjunta IV do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). E-mail: luanamyrrha@gmail.com.

³ Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br.

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação atual das filhas de trabalhadoras domésticas, estratificados por coortes de ingresso no mercado de trabalho para as Grandes Regiões do Brasil, em 2014. Para tanto, a principal fonte de informações é o Suplemento de Mobilidade Socioocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014. Os principais resultados evidenciam que em todas as coortes, com exceção daquelas que ingressaram entre 1958 a 1969, nas regiões Norte e Sul do país, a maioria das filhas logrou ascensão intergeracional no trabalho atual, sendo que as maiores cifras de mobilidade ascendente foram experimentadas pelas coortes de 2006-2014, nas cinco grandes regiões, em 2014. As principais diferenças regionais revelam que as filhas de trabalhadoras domésticas residentes no Sudeste tiveram maior ascensão intergeracional no trabalho atual, em todas as coortes, enquanto as menores proporções de mobilidade ascendente foram para as residentes na região Norte. Ademais, os apontamentos deste estudo sugerem que as mudanças sociais e inclusivas desencadeadas no país, a partir de 2003, foram importantes sobre as possibilidades de ascensão intergeracional das filhas de trabalhadoras domésticas.

Palavras-chave: Mobilidade Ocupacional; Trabalhadoras Domésticas; Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil convive com desigualdade. De um lado, configura a pobreza absoluta de muitos e, de outro, as vantagens de classe advinda da posse de capitais de um grupo restrito. Entre 2003 e 2014, mudanças sociais ocorreram no país, gerando oportunidades para os grupos mais despossuídos (IBGE, 2017) e, neste contexto, os estudos sobre mobilidade intergeracional são extremamente importantes. Dentre os principais determinantes destaca-se o dinamismo na criação de empregos formais, a expansão das políticas públicas e sociais dos programas e ações direcionadas para os segmentos mais vulneráveis, e a ampliação e interiorização do ensino básico, técnico e superior (JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017).

No cenário de desvantagens histórico estruturais, chama atenção as filhas de trabalhadoras domésticas. Na grande maioria dos casos, suas mães são trabalhadoras com baixo nível de instrução e poder aquisitivo, provenientes de famílias pobres e numerosas, de regiões menos desenvolvidas, devido às precárias condições de vida ingressaram nessa atividade como alternativa de sobrevivência. E durante a vida adulta deram continuidade à profissão, mesmo sobre exploração e desvalorização, por ausência de oportunidades, para criar os filhos e lhes proporcionar um futuro melhor (MELO, 1998; SILVA, 2010).

Nesse contexto, é preciso atentar para a persistência das disparidades regionais nos níveis de empregos disponíveis, oportunidades e desigualdades sociais. Os estudos clássicos de Pastore (1979) e Pero (2006) evidenciaram relação positiva entre o grau de desenvolvimento das Grandes Regiões e as taxas de mobilidade social. Considerando as discussões levantadas, o presente estudo tem como objetivo principal analisar os indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação atual

das filhas de trabalhadoras domésticas, estratificados por coortes de ingresso no mercado de trabalho para as Grandes Regiões do Brasil, em 2014.

Em um quadro de avanços e mudanças sociais vivenciados no país entre 2003-2014, estudos como este permitem evidenciar o quão determinante foram as forças motrizes do crescimento inclusivo na geração de oportunidades concretas para segmentos populacionais mais despossuídos de privilégios de classe, tais como as filhas de trabalhadoras domésticas.

Para tanto, o Suplemento de Mobilidade Socioocupacional de 2014 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a principal fonte de informações. Este trabalho contempla cinco seções, contando com esta introdução. A segunda seção revisa estudos da literatura nacional sobre mobilidade social e ocupacional. A terceira descreve os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos. A quarta seção traz os resultados do estudo, a partir da análise dos indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação segundo coortes, nas cinco regiões do Brasil. E a quinta e última seção destaca os principais achados do estudo.

2. PANORAMA DA MOBILIDADE SOCIAL E OCUPACIONAL NO BRASIL

Esta seção revisa estudos da literatura nacional sobre a temática da mobilidade social e ocupacional, com ênfase no desdobramento intergeracional. O objetivo é apresentar as perspectivas, recortes geográficos e contextos temporais, assim como os principais achados dos trabalhos clássicos e mais recentes sobre a respectiva temática.

A mobilidade intergeracional investiga as mudanças de ocupação e/ou posição na geração de pais e filho(a)s (DALLE, 2015; JANNUZZI, 2018). Desse modo, pode ser influenciada por dois efeitos: o estrutural, que deve ser entendido como consequência das mudanças demográficas e econômicas; e o efeito de fluidez⁵ social, que indica às chances relativas de mobilidade de pessoas de diferentes origens moverem para outra classe de destino, expressando as desigualdades de oportunidades (PERO, 2002; RIBEIRO, 2006). No que concerne às mudanças demográficas, os principais efeitos estruturais são consequência da redução da fecundidade, postergação da maternidade, reconfiguração da composição e tamanho dos arranjos familiares que se modificam entre geração e geração, além dos fenômenos migratórios.

No Brasil, a rápida passagem de uma sociedade predominante rural, de economia agrícola, para outrora com insipiente urbanização e industrialização, configura uma das mais importantes

⁵ A fluidez social, medida por meio da associação estatística líquida entre classes de origem e de destino, é obtida através de Modelos Log-Lineares que mensuram as razões de chances. Para maiores detalhes ver RIBEIRO (2006).

mudanças que propiciaram efeitos significativos sobre a reconfiguração da estrutura ocupacional e de classes (RIBEIRO, 2006).

Nesse contexto, entre 1940 a 1970, fase de aceleração do crescimento econômico brasileiro, a mobilidade socioocupacional acontecia via criação de novas atividades empregatícias no mercado de trabalho urbano, e transferência massiva de mão de obra. Como as vagas surgiam de forma rápida e em grande volume, e precisavam ser preenchidas, não havia grandes exigências quanto à qualificação profissional dos indivíduos. Dessa forma, as chances de mobilidade muito mais acessíveis impulsionaram os fluxos migratórios do tipo rural-urbano e de longa distância (inter-regionais) (PASTORE; VALLE SILVA, 2001; PASTORE; ZYLBERSTAJAM, 1992; RIBEIRO; SCALON, 2001).

Nos anos 1970, o estudo clássico de Pastore (1979) aponta que 47,1% dos indivíduos ocupados no Brasil em 1973, experimentaram mobilidade social ascendente em relação aos pais. Em contrapartida, 11,3% experimentaram mobilidade descendente, e 41,6% permaneceram no mesmo estrato ocupacional paterno. Dessa forma, no Brasil da década de 1970, coexistia mobilidade social ascendente com pobreza absoluta e/ou desigualdade (PASTORE; HALLER, 1993). A grande maioria da mobilidade no país fora de curta distância e se concentrou na base da pirâmide social. Por outro lado, uma minoria ascendeu muito e o efeito direto foi o aprofundamento das desigualdades sociais (PASTORE, 1981; PASTORE; VALLE SILVA, 2001; PERO, 2006).

Passado o período de estruturação produtiva do mercado de trabalho brasileiro, com incipiente perda de dinamismo do setor industrial e redução dos fluxos migratórios do tipo rural-urbano, os indicadores de mobilidade passaram a figurar um novo cenário no país (JANNUZZI, 2002). Na década de 1980 permaneceu o padrão de mobilidade social intergeracional, mas foi possível visualizar diferenças em relação ao ano de 1973. O estudo de Pastore e Haller (1993) evidenciaram aumento na proporção de indivíduos que experimentaram mobilidade descendente e redução da mobilidade ascendente. A mobilidade ascendente registrada em 1973 (47,1%) reduziu para 39,9% em 1982, e caiu para 37,4% em 1988. Por sua vez, entre 1973 e 1988, a mobilidade descendente aumentou 16 pontos percentuais.

Vale ressaltar que a partir dos anos 1980 o país vivenciou aumento da participação feminina no mercado de trabalho e expansão do ensino básico e formal (WAJNMAN, 2006). Fatores que contribuíram para a formulação de estudos, em distintos recortes analíticos, sobre a mobilidade social e ocupacional intergeracional das mulheres.

Andrade (1997; 2000) analisou a mobilidade social intergeracional para as Regiões Metropolitanas do Recife (RMRE), Belo Horizonte (RMBH), Rio de Janeiro (RMRJ), São Paulo (RMSP) e Porto Alegre (RMPA), no ano de 1988. A autora constatou diferenças significativas nos indicadores de mobilidade intergeracional de homens e mulheres. Considerando o *status* paterno e o *status*

atual do indivíduo, no conjunto das regiões metropolitanas supracitadas, enquanto 64,5% dos homens experimentaram mobilidade ascendente no período em apreço, elas foram 54,9%.

Scalon (1997; 1998) também retrata a mobilidade intergeracional de homens e mulheres no Brasil em 1988. A autora discute que no Brasil existia muita mobilidade social, todavia elas não eram igualmente distribuídas entre todos os habitantes. Ademais, constatou a tendência “tal pai, tal filho”. Porquanto, aumentou o volume de pessoas (homens e mulheres entre 20 e 64 anos) que experimentaram imobilidade social.

É importante salientar que nos estudos de Andrade (1997; 2000) e Scalon (1997; 1998), os resultados sobre a mobilidade feminina foram obtidos comparando a transição ocupacional das filhas em relação ao *status* ocupacional paterno, ao invés do materno⁶. No entanto, existem diferenças significativas na inserção ocupacional de homens e mulheres no mercado de trabalho. Desse modo, os indicadores de mobilidade das mulheres podem estar enviesados. Ainda assim, os estudos sobre a mobilidade intergeracional feminina são extremamente pertinentes, pois emerge a necessidade de conhecer as características do trabalho da mulher, sobretudo entre gerações.

A década de 1990 foi marcada pela retomada do aumento da mobilidade social ascendente, inclusive superior ao registrado pelo primeiro Suplemento da PNAD sobre mobilidade social (47,1% em 1973), associado à redução das desigualdades de oportunidades. Pastore e Valle Silva (2000) apontam que 63,2% dos homens, chefes de família, entre 20 e 64 anos, eram móveis no Brasil, em 1996. Desses, 49,6% experimentaram mobilidade ascendente e 13,6% mobilidade descendente em relação aos pais. No que tange aos níveis de imobilidade, aproximadamente 36,8% dos filhos reproduziram o *status* paterno.

Ainda que as pessoas de origens familiares mais abastadas possuíssem mais vantagens e oportunidades em detrimento daqueles que proviam de famílias mais pobres, entre 1973 e 1996, a origem familiar e/ou de classe determinou menos o destino ocupacional das pessoas. O estudo de Ribeiro (2006) evidencia que nos extremos hierárquicos, a influência da mobilidade estrutural foi mais visível, pois forçou a saída de indivíduos de setores tradicionais (trabalhadores rurais, indústria tradicional, setor de serviços, ambulantes, etc.), e estimulou a entrada nos estratos mais especializados (professores, administradores e trabalhadores não manuais de rotina).

Nesse ensejo, é importante mencionar o recente período áureo do crescimento inclusivo (2003-2014) na construção e solidificação das vias de mobilidade social. Dentre os principais vetores desse processo destacam-se: a formulação de políticas públicas; a valorização do salário mínimo; os programas de transferência de renda para os segmentos vulneráveis da sociedade (idosos, desempregos, pobres e pessoas portadoras de necessidades especiais); a difusão do sistema de

⁶ Isso devido a limitação da fonte de informações, o Suplemento da PNAD de 1988 somente perguntou qual era a ocupação do pai quando o indivíduo teve a sua primeira ocupação.

crédito e financiamento bancário; o dinamismo na criação de empregos formais; e a ampliação e interiorização do ensino (JANNUZZI, 2002; 2018).

O estudo do IBGE (2017) evidencia que 50% das pessoas, entre 25 e 65 anos, experimentaram mobilidade ascendente em relação à condição ocupacional paterna no país em 2014. Por sua vez, o estudo de Ribeiro (2017) sobre as tendências da desigualdade de oportunidades, sucinta que, durante as últimas cinco décadas, houve aumento da mobilidade ascendente e de maneira contundente a diminuição das desigualdades de oportunidades. Em grande medida, devido à expansão do sistema educacional que promoveu a democratização do ensino nos mais distintos segmentos sociais.

Em suma, os diferentes aportes teóricos corroboram que ao longo dos anos a sociedade brasileira tornou-se mais fluída, ao passo que a origem de classe determinou menos o destino social dos indivíduos. A partir da revisão bibliográfica foi possível constatar que mobilidade social para grupos específicos de análise consistem em uma lacuna a ser explorada. Neste contexto, também são escassas as análises quanto a mobilidade intergeracional das filhas em relação às mães, sobretudo no que concerne as Grandes Regiões do Brasil. Diante disso, pretende-se contribuir com um estudo sobre a mobilidade ocupacional das filhas de trabalhadoras domésticas a partir de uma análise regional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A principal fonte de informações deste estudo é o Suplemento de Mobilidade Socioocupacional de 2014 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É oportuno destacar que a temática de mobilidade socioocupacional foi adicionada a PNAD nos suplementos de 1973, 1976, 1982, 1988, 1996 e 2014. No entanto, somente na edição mais recente, pela primeira vez, investigou-se a ocupação e características do trabalho das mães quando o(a)s filho(a)s tinham quinze anos de idade. Por esse motivo as análises sobre a mobilidade das filhas de trabalhadoras domésticas são restritas ao ano de 2014.

No que tange ao recorte geográfico, as cinco Grandes Regiões do Brasil- Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste - compreendem a área de estudo desta pesquisa. O intuito é avaliar se existem diferenças nos indicadores de mobilidade por coortes, segundo as Grandes Regiões do país.

Quanto aos conceitos adotados, neste estudo compararam-se os estratos ocupacionais no trabalho atual das filhas, com idade entre 16 a 64 anos, em relação à condição materna (trabalhadora doméstica). Dessa forma, considerou-se trabalhadora doméstica a “pessoa que

trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares" (PNAD, 2014, p. 60).

Ademais, os resultados da mobilidade intergeracional foram desagregados em mobilidade ascendente, descendente e imobilidade. A mobilidade ascendente representa a proporção de filhas que ocupam uma posição ocupacional hierarquicamente superior a materna. A mobilidade descendente ocorre quando o estrato ocupacional da filha é inferior ao da mãe. E a imobilidade consiste na reprodução da categoria ocupacional materna. Quanto as coortes, essas foram classificadas nas seguintes categorias, conforme o ano em que a filha começou a trabalhar: i) 1958 a 1969; ii) 1970 a 1981; iii) 1982 a 1993; iv) 1994 a 2005; e v) 2006 a 2014.

4. INDICADORES DE MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE OCUPAÇÃO DAS FILHAS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS SEGUNDO COORTES E GRANDES REGIÕES

No que concerne aos indicadores de mobilidade intergeracional segundo as coortes de ingresso no mercado de trabalho, a Tabela 1 mostra os resultados das filhas de trabalhadoras domésticas no Brasil, em 2014. No primeiro trabalho das filhas em relação à condição materna, constata-se que as coortes mais jovens galgaram níveis mais elevados de mobilidade ascendente, menor imobilidade e mobilidade descendente do que as coortes mais velhas. Entre aquelas que ingressaram no mercado de trabalho, no período de 1958 a 1969, apenas 64,8% alcançaram ascensão no primeiro trabalho, e 30,4% reproduziram a ocupação materna. Por sua vez, entre as filhas de trabalhadoras domésticas da coorte 2006-2014, 92,3% galgaram ascensão no trabalho atual (2014), e somente 6,5% imobilidade.

Tabela 1 - Mobilidade intergeracional de ocupação segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas - Brasil, 2014

Coortes	Ascendente	Imobilidade	Descendente
1958-1969	64,8	30,4	4,8
1970-1981	67,0	30,9	2,1
1982-1993	74,1	24,1	1,8
1994-2005	81,8	16,1	2,1
2006-2014	92,3	6,5	1,3

Fonte: PNAD/IBGE 2014.

Ainda assim, verifica-se um fenômeno generalizado, independente da coorte, a grande maioria das filhas experimentou mobilidade ascendente no trabalho atual em relação as mães, provavelmente, devido ao período de mudanças sociais no país entre 2003 a 2014. Valendo-se de indicadores sociais e econômicos, estudos apontam os principais vetores desse processo, com

destaque para o fortalecimento das políticas públicas, os programas de transferência de renda, a política de valorização do salário mínimo, a dinâmica da criação de empregos formais, a expansão e interiorização do sistema de ensino, e a ampliação dos mecanismos de acesso ao ensino superior (DAPP, 2018; JANNUZZI, 2018; JANNUZZI; SOUSA, 2016; POCHMANN, 2010).

Quanto aos indicadores de mobilidade intergeracional, estratificados por coortes de ingresso no mercado de trabalho segundo Grandes Regiões do Brasil, os achados da Tabela 2 evidenciam que a grande maioria (70,5%) das filhas de trabalhadoras domésticas que ingressaram no mercado de trabalho no Norte, entre 1958 e 1969, reproduziu a ocupação materna. Apenas 29,5% da coorte conseguiu alcançar melhor posto de trabalho do que suas mães. Nas regiões menos desenvolvidas, a cultura do apadrinhamento e/ou das “mocinhas ajudantes”, durante décadas foi o principal bolsão ocupacional para meninas pobres e migrantes da zona rural. Provenientes de famílias numerosas eram enviadas por suas mães para casas de família ou conhecidos, em busca de uma chance de vida, abrigo e comida. Todavia, os estudos sobre o trabalho doméstico infanto-juvenil evidenciam que a trajetória dessas meninas foi marcada por exploração, servidão, opressão, ausência de direitos e proteção (MELO, 1998; PERES; FALCO, 2006; SILVA, 2010).

Tabela 2 - Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas - Região Norte, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	29,5	70,5	-
1970-1981	73,1	22,3	4,5
1982-1993	79,3	16,5	4,2
1994-2005	81,5	18,5	-
2006-2014	88,0	12,0	-

Fonte: PNAD/IBGE 2014.

É oportuno destacar que os resultados expostos refletem a mobilidade alcançada pelas filhas na ocupação atual em 2014, como consequência não somente do contexto econômico do ano de 2014, mas também da trajetória laboral e do contexto social e econômico que cada coorte vivenciou. Provavelmente, parte significativa delas ingressou no mercado como trabalhadoras domésticas, ainda quando crianças ou adolescentes, e durante a vida adulta permaneceram nessa atividade profissional. Desse modo, a “armadilha ocupacional” e/ou envelhecimento na categoria pode justificar as elevadas cifras de imobilidade em 2014, na região Norte, quase o dobro da observada para o Brasil.

Nas coortes de 1970 a 1981, e 1982 a 1993, na região Norte, maior percentual das filhas experimentou mobilidade intergeracional ascendente, 73,1% e 79,3%, respectivamente, moveram-se para posições ocupacionais mais elevadas em 2014. Em grande medida esses resultados podem

ser decorrentes das mudanças estruturais, a partir da década de 1970, em âmbito nacional e regional. Em especial, no Norte, houve crescimento da indústria induzida pela desconcentração do Centro-Sul, intensificação dos fluxos migratórios rural-urbano, construção de rodovias e ferrovias, crescimento da produção mineral, criação da zona franca de Manaus, e aumento dos empregos nos setores da indústria e serviços (GOMES; VERGOLINO, 1997; JANNUZZI, 2004; PASTORE; VALLE SILVA, 2001; RIBEIRO; SCALON, 2001).

Naturalmente que também ocorre o efeito da maturidade profissional e da conjuntura econômica recente (2003-2014), que influenciaram a ascensão das filhas na ocupação atual. Nesse ensejo, é importante ressaltar os avanços sociais que, possivelmente, traduzem nas elevadas cifras de mobilidade ascendente verificadas. Dentre os principais canais de mobilidade destacam-se a ampliação e interiorização do sistema de ensino e a expansão das políticas públicas desenhadas para a democratização de acesso à educação formal, tais como: o Enem, Sisu, Prouni e Fies. Estratégias inclusivas que contribuem para a quebra do ciclo estrutural da pobreza. Isso é extremamente importante na medida em que os filhos de famílias mais pobres passaram a ter possibilidade de ascensão para o ensino superior, garantia de melhores credenciais e oportunidades concretas para mudança social (MONTAGNER, 2016; VAZ, 2016).

Quanto as que ingressaram no mercado de trabalho entre 1994 e 2014, no Norte, pode-se constatar aumento gradativo daquelas que lograram mobilidade ascendente e redução da imobilidade na ocupação atual das filhas. Dentre os principais mecanismos que traduzem os respectivos aumentos da mobilidade intergeracional ascendente nos anos 2000, destaca-se a criação do emprego formal. Entre 2002 a 2010, a região Norte registrou um aumento na taxa anual de crescimento dos empregos formais de 8,0%, sendo superior às demais regiões e inclusive a do país que foi de 5,5% (ARAUJO, 2013; RIBEIRO, 2017).

Na perspectiva demográfica, esses resultados também são fruto do crescimento do peso relativo populacional da região no conjunto do país, da redução da fecundidade e mortalidade, dos fluxos migratórios e das mudanças na composição etária que possibilitaram maior investimento em educação, infraestrutura e políticas sociais direcionadas para os segmentos mais vulneráveis (JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017).

Quanto aos indicadores de mobilidade intergeracional da região Nordeste, observa-se tendência distinta, a maioria das filhas na ocupação atual ascenderam para melhores postos de trabalho quando comparado as suas mães, em todas as coortes de ingresso no mercado de trabalho. Na coorte de 1958 a 1969, 76,3% das filhas lograram mobilidade ascendente em relação ao estrato materno. Por sua vez, 72,3% daquelas que ingressaram no período de 1970 a 1981, alcançaram mobilidade intergeracional ascendente na ocupação que tinham no ano de 2014 (Tabela 3).

Segundo a literatura, as possibilidades de ascensão ocupacional refletem as etapas das mudanças estruturais. As fases de expansão e continuidade do crescimento, articulação econômica, desaceleração, crise e crescimento inclusivo no cenário econômico nacional e regional, refletem nas taxas de mobilidade ocupacional. Assim, em alguma medida, o bônus do Milagre Econômico (1968-1973), do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), e dos investimentos estatais na integração produtiva das regiões (JANNUZZI, 2004) pode ter influenciado a trajetória profissional das filhas que ingressaram no mercado de trabalho, entre as décadas de 1960 a 1970. No período, o Nordeste recebeu investimentos em infraestrutura e empreendimentos produtivos - principalmente indústrias de transformação -, que representavam novas oportunidades de ascensão intergeracional, sobretudo quando a posição dos pais era menos privilegiada (CARVALHO, 2008; 2018), e para ascenderem em termos de ocupação ou rendimento, tinham que migrar para regiões mais prósperas do país, com maiores oportunidades de trabalho.

Tabela 3 - Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas - Região Nordeste, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	76,3	5,3	18,4
1970-1981	72,3	24,7	3,0
1982-1993	56,8	38,2	5,1
1994-2005	75,1	17,8	7,1
2006-2014	87,3	9,9	2,8

Fonte: PNAD/IBGE 2014.

Assim como a desaceleração econômica em meio à crise fiscal e financeira nacional nos 1980 e 1990 (ARAUJO, 2014; CARVALHO, 2008; 2014; DEDECCA, 2005), com elevadas taxa de desemprego e informalidade, possivelmente pode ter impactado nas carreiras das filhas de trabalhadoras domésticas. Principalmente, considerando que entre aquelas que ingressaram na coorte de 1982 a 1993, maior proporção experimentou imobilidade intergeracional na ocupação atual, dado que 38,2% delas reproduziu a categoria ocupacional materna (trabalhadora doméstica). Ainda assim, mais da metade (56,8%) alcançou mobilidade ascendente em relação a condição das suas mães na ocupação atual, no Nordeste, em 2014.

Vale destacar que os indicadores de mobilidade intergeracional referem-se à ocupação atual das filhas no ano de 2014. Nesse ensejo, o crescimento inclusivo vivenciado em âmbito nacional e regional, no período de 2003 a 2014, foi importante para as elevadas cifras de ascensão verificadas no Nordeste. Principalmente, porque as regiões menos desenvolvidas socioeconomicamente são mais influenciadas pela conjuntura econômica recente e as políticas públicas direcionadas para os

segmentos mais vulneráveis. Tal premissa ratifica-se nas cifras de mobilidade da coorte de 2006 a 2014.

As filhas que ingressaram no mercado de trabalho entre 2006 e 2014 desfrutaram de maior mobilidade ascendente e menor mobilidade descendente. Para 87,3% das filhas de trabalhadoras domésticas na região Nordeste, o destino ocupacional foi melhor do que o de suas mães. Os respectivos resultados ratificam que as novas e melhores oportunidades criadas, assim como possibilitaram ascensão para os filhos de pais menos abastados, observados por Jannuzzi (2002; 2004), IBGE (2017), Pastore e Valle Silva (2001), Pero (2001; 2002; 2006) em outras décadas, também foram ímpares para ascensão intergeracional das filhas de trabalhadoras domésticas em 2014.

Nesse ensejo, não se pode minimizar o impacto dos programas públicos e ações direcionados para os segmentos em situação de vulnerabilidade social, tais como o Programa Bolsa Família e o Pronatec. No que diz respeito ao seu efeito direto e indireto na redução da pobreza, extrema pobreza e oportunidades efetivas para ascensão educacional e ocupacional (JANNUZZI; SOUSA, 2016). O estudo de Sousa et al. (2015), argumenta que o Pronatec proporcionou para mais de 2,8 milhões de pessoas no ano de 2014, cursos de qualificação profissional e, consequentemente, melhores oportunidades no mercado de trabalho. Desse contingente, 63,1% eram inscritos no Cadastro Único e 33,0% deles beneficiários do Programa Bolsa Família. Considerando a histórica estigmatização e desvalorização das trabalhadoras domésticas, marcada por baixos rendimentos, elevada informalidade e jornada de trabalho, é provável que em uma parte desse grupo estejam as filhas de trabalhadoras domésticas, que valendo-se do maior crescimento inclusivo, puderam escapar do ciclo estrutural da pobreza.

A Tabela 4 mostra que no Sudeste, entre as coortes de 1958 a 1969 e 1970 a 1981, houve aumento do percentual de filhas na ocupação atual no mesmo estrato materno. É importante ressaltar o papel das migrações internas nas cifras de imobilidade. Nas décadas de 1960 e 1970, houve transferência maciça de pessoas das áreas rurais e/ou regiões reservatórias de mão de obra para os grandes aglomerados urbanos, em formação na região Sudeste (BRITO, 2009; PATARRA, 2003).

No cenário de migração associado a melhora de vida, milhares de mulheres emigraram do Nordeste com empregos arranjados no Sudeste, ainda que para trabalhar como domésticas, mas auferindo maiores rendimentos do que no local de origem (MELO, 1998). Desse modo, as migrações de longa distância associadas à mobilidade financeira nas regiões de destino podem ter impactado o ingresso e a trajetória das filhas no mercado de trabalho, assim como, possivelmente a permanência na categoria de trabalhadoras domésticas.

Tabela 4 - Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas - Região Sudeste, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	69,0	28,5	2,5
1970-1981	63,3	34,8	1,9
1982-1993	76,9	22,6	0,6
1994-2005	82,0	17,2	0,8
2006-2014	93,2	5,4	1,4

Fonte: PNAD/IBGE 2014.

Por conseguinte, chama atenção a coorte que ingressou no mercado de trabalho em 2006-2014, dado que 93,2% das filhas de trabalhadoras domésticas lograram mobilidade ascendente no trabalho atual em relação a ocupação das mães, no Sudeste. Enquanto apenas 5,4% e 1,4% delas experimentaram imobilidade e mobilidade descendente, respectivamente. Os resultados sugerem que a conjuntura demográfica, econômica e social, durante o ingresso pode ter influenciado na carreira das filhas, mas o período áureo entre 2003-2014, pautado no crescimento inclusivo foi relevante sobre os níveis de ascensão intergeracional.

No que tange a região Sul, os resultados da Tabela 5 evidenciam que entre as filhas provenientes da coorte de 1958 a 1969, menos da metade ascenderam (41,4%) em relação a condição materna em 2014. Quanto à imobilidade, 47,6% das filhas no emprego atual que tinham no ano de 2014 reproduziram o estrato ocupacional das suas mães e 11,1% estavam em piores ocupações. Desse modo, pode-se constatar que mais da metade das filhas (58,7%) estavam na mesma categoria materna ou em piores ocupações no Sul, em 2014. Apesar do aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, aumento dos níveis de instrução das mulheres, inclusive superior aos homens e do crescimento inclusivo a partir de 2003, a grande maioria das mulheres ainda se inserem em atividades tradicionais de cuidados e limpeza (CESIT/IE, 2017; MELO, 1998), em grande medida, explica as cifras de imobilidade e mobilidade descendente.

Tabela 5 - Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas - Região Sul, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	41,4	47,6	11,1
1970-1981	70,5	29,5	-
1982-1993	81,5	18,5	-
1994-2005	88,5	8,5	2,9
2006-2014	94,8	5,2	-

Fonte: PNAD/IBGE 2014.

A partir da coorte de 1970-1981, ocorre aumento expressivo da proporção de filhas que experimentaram mobilidade ascendente e redução da participação daquelas que lograram imobilidade e mobilidade descendente no Sul em 2014. Entre as filhas que ingressaram no mercado de trabalho na coorte de 2006-2014, aproximadamente 95% galgaram mobilidade ascendente no emprego atual, e somente cerca de 5% reproduziram a profissão materna.

No Sul, a proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas em trabalhos formais aumentou de 52,7% em 2004, para 68,2% em 2014. Quanto a educação, outra importante via para mobilidade ocupacional e social, destaca-se o aumento considerável na proporção de estudantes com 18 a 24 anos que cursavam o ensino superior na região. Em 2004, 50,5% dos alunos frequentavam esse nível, e no ano de 2014 esse indicador salta para 72,2% (IBGE, 2015).

Com relação as filhas residentes no Centro-Oeste, os resultados da Tabela 6 mostram que a maioria alcançou mobilidade ascendente na ocupação atual quando comparado à condição materna. Quando se analisa o maior percentual de mobilidade ascendente, chama atenção à coorte 2006-2014, dado que 98% das filhas que ingressaram no mercado de trabalho ascenderam para melhores ocupações do que suas mães no Centro-Oeste, em 2014.

Tabela 6 - Indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas - Região Centro-Oeste, 2014

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	Ascendente (%)	Imobilidade (%)	Descendente (%)
1958-1969	87,3	12,7	-
1970-1981	72,2	23,0	4,9
1982-1993	70,9	23,4	5,7
1994-2005	80,2	19,8	-
2006-2014	98,0	2,0	-

Fonte: PNAD/IBGE 2014.

Desde a década de 1960, o Centro-Oeste apresentou o melhor desempenho econômico no conjunto das regiões do Brasil (MONTAGNHANI; LIMA, 2011; MIRAGAYA, 2014). Mudanças estruturais foram relevantes na geração de novas vagas empregatícias e nas possibilidades de mobilidade intergeracional. Não obstante é visível a partir das cifras de mobilidade ascendente daquelas que ingressaram na coorte 2006-2014, que além das *commodities* e das forças de mercado, as políticas públicas inclusivas são ímpares para que os segmentos populacionais menos privilegiados também possam desfrutar de mais e melhores oportunidades de vida.

Ademais, comparando os indicadores de mobilidade entre as cinco regiões do país, contatou-se que o Sudeste propiciou as maiores cifras de mobilidade ascendente em 2014, em todas as coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas. Por outro lado, aquelas residentes no

Norte apresentaram as menores proporções de mobilidade ascendente nas cinco coortes de análise, em 2014.

Esses resultados ratificam que apesar do crescimento inclusivo no período 2003-2014, ainda predomina no país as desigualdades regionais, em termos demográficos, socioeconômicos, de oportunidades, níveis educacionais e rendimentos. Em larga medida, decorrente do processo de formação histórica e econômica do Brasil, com reflexo nas atividades urbanas industriais que concentrou o desenvolvimento no Sudeste (ARAUJO, 2013; IBGE, 2013).

Perspectiva que respalda o papel das políticas públicas de universalização e interiorização do ensino, de desconcentração das atividades produtivas e dos investimentos governamentais, e das transferências de renda, na redução das desigualdades sociais, regionais, de renda e/ou de oportunidades. Por outro lado, também é importante considerar o papel das migrações internas nesse processo, pois propicia aos protagonistas novas possibilidades nas áreas de destino (JANNUZZI; MONTAGNER; TAIRA, 2017).

Em suma, diante de tais evidências, constata-se que a partir da ampliação do investimento governamental em educação, saúde e políticas sociais, abertura de novas e melhores vagas ocupacionais, oportunidades concretas foram criadas para ascensão intergeracional para parcela expressiva de um grupo que possivelmente cresceu em situação de maior vulnerabilidade social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal analisar os indicadores de mobilidade intergeracional de ocupação atual das filhas de trabalhadoras domésticas, estratificados por coortes de ingresso no mercado de trabalho para as Grandes Regiões do Brasil, em 2014.

A partir da comparação entre os estratos ocupacionais no trabalho atual das filhas em relação à condição materna, constatou-se maior mobilidade ascendente nas coortes mais jovens e maiores cifras de imobilidade nas coortes mais velhas no Brasil, em 2014. Em grande medida, devido ao período áureo de crescimento inclusivo, entre 2003 a 2014, importante motor para ascensão intergeracional no período. Dentre os principais vetores, destaca-se o aumento dos empregos formais, a expansão e interiorização do ensino básico, técnico e superior, a política de valorização do salário mínimo, os programas de transferência de renda e a intensificação das ações e políticas públicas de cunho inclusivo.

Quanto aos indicadores de mobilidade ocupacional no trabalho atual das filhas, segundo a coorte de ingresso nas cinco grandes regiões do país, constatou-se que nas regiões Norte e Sul, entre as filhas que tiveram ingresso no período de 1958 a 1969, a maioria reproduziu a categoria

ocupacional materna, e menos da metade experimentaram mobilidade ascendente no trabalho atual. Por sua vez, a partir da coorte de 1970-1981, pode-se verificar aumento expressivo da proporção de filhas que experimentaram mobilidade ascendente, nas respectivas regiões, em 2014.

Nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, constata-se tendência distinta, pois em todas as coortes de ingresso no mercado de trabalho, a maioria das filhas logrou mobilidade intergeracional ascendente no trabalho que tinham no ano de 2014. Além disso, verificou-se em todas as regiões que as maiores cifras de mobilidade ascendente foram provenientes das filhas das coortes de 2006 a 2014. Dessa forma, os respectivos resultados confirmam a hipótese de que as filhas de trabalhadoras domésticas que ingressaram durante o crescimento inclusivo dos anos 2000 alcançaram maiores cifras de mobilidade ascendente.

Quanto as principais diferenças evidenciadas nas coortes de ingresso no mercado de trabalho das filhas de trabalhadoras domésticas, entre as cinco grandes regiões, os achados mostram que as residentes no Sudeste lograram maior ascensão intergeracional no trabalho atual, em todas as coortes. Por outro lado, aquelas residentes no Norte apresentaram as menores proporções de mobilidade ascendente nas cinco coortes de análise. Em grande medida, fruto das disparidades regionais, em termos de crescimento socioeconômico, de oportunidades, níveis educacionais e rendimentos.

Em síntese, a análise dos resultados aponta que a grande maioria das filhas de trabalhadoras domésticas logrou mobilidade intergeracional ascendente, durante o período em estudo. Sem dúvida, as profundas mudanças sociais que o Brasil vivenciou no período entre 2003-2014, foram determinantes para as possibilidades de ascensão intergeracional e maiores oportunidades de vida para parcela expressiva das filhas de trabalhadoras domésticas. No bojo desse processo encontram-se o aumento dos níveis de instrução, a expansão do acesso e a interiorização do ensino básico, técnico e superior, associado à ampliação dos empregos formais.

Contudo, a partir de 2015, estudos evidenciam reversão desse período áureo de crescimento inclusivo, devido o aumento da taxa de desemprego, informalidade, precarização e rotatividade no mercado de trabalho inclusive com reversão da tendência histórica de redução dos serviços domésticos no total das ocupações femininas. Nesse cenário de crise política, econômica e social, o retrocesso vivenciado nos últimos anos coloca em xeque os ganhos em mobilidade ascendente nas próximas edições do Suplemento de Mobilidade Socioocupacional da PNAD. Assim, esses achados ratificam os inúmeros determinantes que influenciam o processo de mobilidade ocupacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Flávia Cristina Drumond. A evolução da mobilidade social em cinco regiões metropolitanas brasileiras, 1988 e 1996. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. *Anais* [...]. Caxambu, 2000.
- ANDRADE, Flávia Cristina Drumond. **Níveis e padrões de mobilidade social em cinco regiões metropolitanas**, 1997. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
- ARAUJO, Tania Bacelar. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 157-171.
- ARAUJO, Tania Bacelar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; LASTRES, Helena; AGUIAR, Rodrigo; SILVA, Marcelo Machado da. (org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento - Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 1° edição, v. 1, 2014. p. 540-562.
- BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. Texto para discussão, n. 366, 2009.
- CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, Alagoas, v. 1, n. 2, p. 70-90, 2008.
- CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. O Desenvolvimento da Região Nordeste nos Anos Pós-Sudene (2000-2016). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.39, n.134, p.21-36, jan./jun. 2018.
- CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. O novo padrão de crescimento no Nordeste Semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.45, n. 3, p. 160-184, jul./set. 2014.
- CESIT/IE. **Caderno 3: As mulheres e o Mercado de Trabalho**. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- DALLE, Pablo. Movilidad Social Intergeneracional em Argentina: oportunidades sin apertura de la estructura de clases. **Revista de Ciencias Sociales**, DS-FCS, v. 28, n. 37, p. 139-165, jul./dic. 2015.
- DAPP. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável**: mínimos sociais dos objetivos de desenvolvimento do milênio à agenda multisectorial e integrada de desenvolvimento sustentável Rio de Janeiro: FGV, 2018. Disponível em: http://dapp.fgv.br/wp-content/uploads/2018/02/FGV-DAPP_Desenvolvimento-Sustentavel.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1, p. 113-130, jan./mar. 2005.
- GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)**. Texto para discussão nº 533. Brasília: IPEA, 1997. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2391/1/td_0533.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013, n. 32. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, n. 35. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 255-278, jul./dez. 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação produtiva. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO*, 1., 2004, Caxambú. **Anais** [...] Caxambú –MG, 2004.

JANNUZZI, Paulo de Martino; MONTAGNER, Paula; TAIRA, Edna. Migração e Mobilidade Social: revisitando a discussão a partir da PNAD 2014. *In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO*, 10., 2017, Natal. Belo Horizonte: **Blucher Social Sciences Proceedings**, v. 3. p. 242-259, 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Pobreza, Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil: dos avanços civilizatórios pós Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal pós Golpe de 2016. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 21., 2018, Poços de Caldas. **Anais** [...]. Poços de Caldas, 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino; SOUSA, Marconi Fernandes de. Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano Brasil Sem Miséria e da estratégia de desenvolvimento inclusivo. *In: JANNUZZI, Paulo de Martino; FALCÃO, Tiago; CASTRO, Ieda; CAMPOS, Arnoldo (org.). Brasil sem Miséria: resultados, institucionalidades e desafios*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, n. 25, 2016, p. 22-55.

MELO, Hildete Pereira de. O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras. **Texto para Discussão do IPEA**, Rio de Janeiro, p. 1-29, 1998.

MIRAGAYA, Júlio Flávio Gameiro. O desempenho da economia na Região Centro-Oeste. *In: CAVALCANTI, Isabel Machado et al. (org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento*: Centro-Oeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2014. p. 424-452.

MONTAGNER, Paula. O Trabalho Infantil e o Programa Bolsa Família. *In: JANNUZZI, Paulo de Martino; FALCÃO, Tiago; CASTRO, Ieda; CAMPOS, Arnoldo (org.). Brasil sem Miséria: resultados, institucionalidades e desafios*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, n. 25, 2016, p. 86-98.

MONTAGNHANI, Bruno Astolfi; LIMA, Jandir Ferrera. Notas sobre o desenvolvimento do Centro-Oeste e a economia brasileira. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v. 13, n. 26, p. 157-173, 2011.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

PASTORE, José; HALLER, Archibald. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: VELLOSO; João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (org.). **Pobreza e Mobilidade Social**. As bases do Desenvolvimento Moderno: Fórum Nacional. São Paulo: Nobel. 1993. p. 25-49.

PASTORE, José. VALLE SILVA, Nelson do. Análise dos Processos de Mobilidade Social no Brasil no Último Século. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., 2001, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu, out. 2001.

PASTORE, José. VALLE SILVA, Nelson do. **Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: Makron, 2000. Cap. 4, p. 47-59.

PASTORE; José; ZYLBERSTAJAM, Hélio. Tendências da mobilidade social. In: **Estratégia Social e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 193-218, 1992.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro: IBGE, n.7, 2003.

PERES, Andréia; FALCO, Aline. Trabalho Doméstico: o espelho das desigualdades. In: PORTO, Maria (org.) **Olhares femininos: mulheres brasileiras**. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006. p. 127-135.

PERO, Valéria. Et, à Rio, plus ça reste le memme... Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ANPEC, 29., 2001, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, 2001.

PERO, Valéria. Mobilidade social no Rio de Janeiro. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 4, n. 4, p. 136-153, 2006.

PERO, Valéria. **Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro**. 2002. Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PNAD. **Notas Metodológicas**. 2014. Disponível em:
<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/micrdados.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2019.

POCHMANN, Marcio. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Mobilidade social e estrutura ocupacional**: desigualdades de oportunidade no mercado de trabalho brasileiro (1973-1996). Prêmio Ipea 40 anos: Ipeas-caixa 2005 - Monografias premiadas. Brasília: IPEA, p. 77-130, 2006. Disponível em:
<https://livrozilla.com/doc/450111/2%C2%BA-lugar--carlos-ant%C3%B4nio-costa-ribeiro-.pmd>. Acesso em: 08 abr. 2019.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SCALON, Maria Celi. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. **Dados**, Rio de Janeiro: Impresso. v. 44, n.1, p. 1-54, 2001.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Tendências da Desigualdade de Oportunidades no Brasil**: Mobilidade Social e Estratificação Educacional. 2017. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7807/1/bmt_62_tend%C3%AAncias.pdf. Acesso em: 19 mai. 2019.

SCALON, Celi. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1997.

SCALON, Celi. Pra baixo e pra cima! **Insight – Inteligência**, ano I, n. 3, p. 57-62, mai./jul. 1998.

SILVA, Darlene Sousa. **Infância Roubada**: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

SOUSA, Marconi Fernandes; SILVA, Yuri César; JANNUZZI, Paulo de Martino. Contribuição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – bolsa formação para formalização do emprego e dos microempreendedores individuais: análise dos participantes beneficiários do bolsa família e inscritos no cadastro único. In: MONTAGNER, Paulo; MULLER, Luiz Herberto (org.). **Inclusão Produtiva Urbana**: o que fez o Pronatec/ Bolsa Formação entre 2011 e 2014. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, n. 24, 2015, p. 156-179.

VAZ, Alexander Cambraia. Acesso ao ensino superior pelo público inscrito no cadastro único e pelos beneficiários do programa bolsa família. In: JANNUZZI, Paulo de Martino; FALCÃO, Tiago; CASTRO, Ieda; CAMPOS, Arnoldo (org.). **Brasil sem Miséria**: resultados, institucionalidades e desafios. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, n. 25, 2016, p. 118-136.

WAJNMAN, Simone. Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro: avanços e entraves. In: PORTO, Marta (org.). **Olhares Femininos, mulheres brasileiras**. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006. p. 77-108.